



AGRICULTURA FAMILIAR NO TOCANTINS: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO MARÍLIA EM COLMÉIA

Silas José de Lima¹

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – IFTO. Email: silasjl@ifto.edu.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a situação da agricultura familiar no Tocantins, tendo como estudo de caso o assentamento Marília no município de Colméia. A formação do Brasil rural se deu pela valorização da grande produção para a exportação, com a marginalização da agricultura de pequeno porte. No Tocantins, estado recém criado, a formação da agricultura familiar passa pela compra de área por famílias vindas de outro estado e pela distribuição de terras através dos programas de assentamentos. No estado, a agricultura familiar é responsável por mais de 11% do PIB total do estado. Os financiamentos agrícolas através do PRONAF (Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar), em 2009, para o estado somam mais de 127 milhões de Reais, 14,46% dos financiamentos para o setor agrícola.

Palavras chave: Agricultura familiar. Assentamento. Tocantins.

1. INTRODUÇÃO

Com o processo de mecanização da produção agrícola, o uso de mão de obra minguou e os trabalhadores com pouca formação, passaram-se a ocupar, fundamentalmente, as operações agrícolas difíceis de mecanizar, como a colheita de certas culturas (ROMEIRO, 1998). Além da redução da mão de obra, os limites das áreas destinadas à agricultura de exportação alargaram-se e os meeiros, arrendatários e posseiros expulsos das grandes fazendas. A revolução verde consistiu em “jogar milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de bóias frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso a moradia e decentes” (SACHS, 2001, p. 76).

A agricultura familiar de subsistência oferece uma saída ao desemprego e ao subemprego no meio rural, “constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais” (SACHS, 2001, p. 78).

2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, cujas raízes estão na utilização da terra para a produção agrícola, mas que não pode ser reduzida ao agrícola e nem tão pouco ao rural. O confinamento de uma população ao meio rural vem sendo questionada a mais de meio século, primeiramente pela antropologia e depois por outras áreas. A agricultura familiar não se restringe à sua subsistência, estende-se às transformações econômicas e sociais históricas. Nela estão inseridas, não só a dimensão econômica, mas, também as dimensões ritualísticas de continuidade da família patriarcal rural, mesmo em ambiente urbano (MARTINS, 2001).

Comparando os dados dos censos de 1996¹ e 2006, o número de estabelecimentos familiares cresceu em 10%, no entanto a área total destinada à agricultura familiar diminuiu em 0,9%. Em 1996 a área média era de 26 hectares, diminuindo para 18 hectares em 2006, uma redução de 29,3%.

¹ Não foram usados dados anteriores pelo fato do IBGE, nos censos anteriores a 1996, não adotar a metodologia de separação da agricultura entre familiar e não familiar.



Enquanto em 1996 era responsável por 37,9% do valor bruto da produção total da agropecuária, em 2006 passou a 40%. Em 1996 era responsável por 76,9% do pessoal ocupado no campo, em 2006 diminuiu para 74,4%, o que pode indicar a intensificação do uso de tecnologias com utilização de menos mão de obra, ou ainda pela queda na participação da agricultura familiar em relação ao total de propriedades rurais. O número de propriedades familiares cresceu em 5,5%, enquanto a quantidade de estabelecimentos não familiar cresceu em 12,1% e o número de estabelecimentos totais cresceu em 25%.

Em 1996, 74,6% eram proprietários dos estabelecimentos, 5,7% arrendatários, 6,4% parceiros e 13,3% ocupantes, em 2006, 74,7% são proprietários, 4,5% são arrendatários, 2,9% são parceiros, 3,9% assentado sem títulos (aqui se inclui nossa amostra), 8,4% ocupantes e 5,5% são produtores sem área.

A área média dos estabelecimentos familiares, em 2006, na região Norte foi de 40 hectares, na região Nordeste de 13 hectares, na região Sudeste de 18 hectares, na região Sul de 15 hectares e na região Centro-Oeste de 43 hectares. Percebe-se que as regiões com maior tendência a concentração de terras, na própria agricultura familiar, são a Centro-Oeste e Norte, região em que está inserido o Estado do Tocantins. No entanto, comparando os censos de 1996 e 2006, percebe-se uma queda de 38,8% na área média da agricultura familiar, enquanto a área média da agricultura não familiar, que era de 433 ha em 1996, caiu para 309 ha, em 2006, com redução de 28,4%, 36,8% menos que na agricultura familiar. Evidencia-se nesses dados que a agricultura não familiar ainda resiste quanto à concentração de terra, a redução da área média das propriedades familiares a fragmentação da unidade de produção.

3. AGRICULTURA FAMILIAR NO TOCANTINS

O Tocantins é o estado mais novo da Federação, criado com a promulgação da constituição de 1988, até então a parte norte pobre do Estado de Goiás. Com área de 277.297,8 km², pertencente à região Norte, com população estimada em 1.243.627 habitantes. De acordo com o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2007), o Estado possui 56.896 estabelecimentos agrícolas, com área média de 296 ha, em 1985 possuía 47.320 estabelecimentos agrícolas, com área média de 367 ha, uma redução de 19,3% na área média e um acréscimo no número de estabelecimentos em 20,2%, indicando melhora no índice de concentração de terra. A agricultura familiar no Tocantins possui 42.899 unidades produtivas uma redução em relação a 1995 de 4,5%, correspondendo a 75,8% do total de estabelecimentos.

Guilhoto *et al* (2007), em sua pesquisa, estima que o PIB da agricultura familiar do Tocantins representava, respectivamente em 2002, 2003 e 2004, 10,80%, 12,52% e 11,13% do PIB total do Estado (tabela-1). Sendo responsável por 32,4% do PIB agropecuário em 2002, por 30,6% em 2003, 30,7% em 2004 e 34,5% em 2005, isso em apenas 18,9% da área agricultável do Estado. Enquanto a agricultura patronal teve média de produtividade, nesses quatro anos, de R\$105,38/ha, a agricultura familiar no Estado obteve média de produtividade de R\$213,07/ha, mais que o dobro da produtividade da agricultura patronal, acompanhando a tendência nacional de ser mais produtiva que a agricultura não familiar.

Tabela 1: PIB total, da agricultura patronal e familiar no Tocantins, em valores correntes.

Ano	PIB Total em milhões	PIB Agricultura em milhões			
		Patronal		Familiar	
		Valor	% do PIB Total	Valor	% do PIB Total
2002	4.726,38	1.065,81	22,55	510,26	10,80
2003	4.861,30	1.383,57	28,46	608,67	12,52
2004	5.111,81	1.284,29	25,12	568,94	11,13
2005		1.155,23		609,19	

Fonte: GUILHOTO, 2007



Segundo (BACEN, 2010), a agricultura familiar, em 2009 usou apenas 14,46% dos financiamentos rurais destinados ao Estado. Enquanto a agricultura não familiar no Estado teve um índice de financiamento de R\$64,97 por hectare em 2009, o índice da agricultura familiar foi de R\$47,24 por hectare, 27,3% menor. Sendo, em 2004, responsável por 30,7% do PIB do setor, com apenas 9,89% do financiamento direcionado ao setor agrícola do estado em 2003.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Os questionários aplicados foram feitos através de entrevistas estruturadas, em visitas nas residências dos assentados e em reuniões das associações. As entrevistas foram feitas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2009. A escolha dos entrevistados foi feita conforme a disposição nas visitas e nas reuniões até atingir a quantidade desejada de 60 entrevistados, por isso pode ser considerada como aleatória, não enviesada. Correspondo a 31,1% dos assentados, com uma margem de erro de 8,8% e um intervalo de confiança de 90%, a amostra é representativa da população com base na estimativa da proporção populacional.

Para o total de unidade de trabalho familiar foi adotada a metodologia do IBGE no censo agropecuário 2006 (IBGE, 2007), em que se soma às unidades de trabalho acima de 14 anos a metade dos membros da família abaixo dessa idade. A renda fora do lote compreende o total arrecadado com salários, aposentadorias, pensões bolsa família e doações. O valor total dos investimentos próprios é o resultado da soma dos investimentos em estrutura, animais e custeio de safra feitos pela família. O total de despesas resulta-se da soma de despesas do ano anterior à pesquisa com plantio, manutenção dos animais, manutenção de pastos, gastos com combustível e energia elétrica e gastos com mão de obra e serviços de trator. A receita do lote compreende a produção bruta do lote, estimado em reais, com valores indicado pelo próprio entrevistado, a renda do lote compreende a receita diminuída das despesas. As demais variáveis tem valores diretos indicados pelo entrevistado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O complexo do assentamento Marília é composto por três Projetos de Assentamentos: PA Marília, PA Orlândia e PA Vera Cruz. Localizado no município de Colméia-TO, a 10 km da cidade. O PA Marília que empresta o nome ao complexo, congrega 87 famílias, o Orlândia 27 e o PA Vera Cruz 79 famílias, totalizando 193 famílias nos três PAs, que são denominados nesse trabalho apenas por assentamento Marília.

Dos assentados que respondem pelo lote, 11,7% são mulheres, 88,3% são casados, 3,3% são divorciados, 5,0% são solteiros e 3,3% viúvos, com média de 3,65 domiciliados por família. Os analfabetos somam 25,0%, e desses todos não têm previsão de estudar. Do total, 71,7% frequentaram escolas, apenas 5,0% concluíram o ensino médio, 13,3% concluíram o ensino fundamental. Os dados referentes à escolaridade dos assentados indicam a necessidade da intervenção do poder público no sentido de oferecer serviços em educação a adultos, o ultimo programa de alfabetização de adultos existente no assentamento foi interrompido em 2006 e a noite não possui transporte escolar que os levem à cidade impossibilitando a alfabetização e a continuidade dos estudos pelos adultos.

Todos os assentados cultivam o lote e são associados, apenas um declarou não participar das reuniões da associação, no entanto é associado, mesmo porque essa é uma exigência do INCRA. O assentamento possui duas vilas, no entanto, apenas 6,7% moram nas vilas, 80,0% moram exclusivamente nos lotes, 1,7% moram somente na cidade e trabalha no lote, 10,0% tem domicílios na cidade e no lote, 1,7% moram com a família em outro lote.

Os responsáveis pelo lote possuem média de idade de 48 anos, sendo que 26,7% têm idade entre 37 e 46 anos, classe de idade mais frequente. A idade mínima é de 23 anos e a máxima é de 86 anos. Percebe-se que os responsáveis pelo lote são relativamente jovens, 53,2% têm menos de 48 anos, 83,4% têm menos de 64 anos e apenas 6,7% possuem idade acima de 70 anos. A idade dos assentados, quando contrastada com o tempo no assentamento, verifica que os mais jovens são os que chegaram ao assentamento mais recentemente, 51,8% tem menos de 10 anos no assentamento.



Quanto a experiência dos responsáveis pelo lote, verifica-se que todos possuem mais de 5 anos de experiência em agricultura, sendo que 98,3% dos assentados possuem mais de 10 anos de experiência, mesmo os que adquiriram o lote recentemente tem experiência com agricultura. A experiência com agricultura indica que os lotes satisfazem a função de produzir alimentos e de melhorar a qualidade de vida dos assentados.

Em 70,0% dos lotes, os assentados compraram o direito de posse de antigos donos, apenas 10,0% participaram do processo de ocupação da área, 20,0% vieram em seguida à ocupação e demarcaram seus lotes. A desistência dos lotes pelos antigos donos, em parte, se deve a demora em demarcar e cadastrar os assentados no projeto, atrasando com isso os recursos públicos com fomento e financiamento aos agricultores, fazendo com que desistissem de seus lotes. O tempo em que os assentados cultivam o lote varia entre 1 a 15 anos, com média de 9,33 anos e predominância em 14 anos de cultivo do lote. Com 55,1% dos assentados com 10 anos e mais de ocupação. 30,0% dos assentados ou participaram do processo de ocupação ou receberam lotes do INCRA no processo de demarcação, esses não pagaram pelo direito de posse a outros ocupantes.

Tabela 2: Correlação entre número de estudantes e valor anual da Bolsa Família.

		NÚMERO ESTUDANTES	RENDA BOLSA FAMILIA
NÚMERO ESTUDANTES	Correlação de Pearson	1	0,322
	Sig. (unilateral)		0,067
RENDA BOLSA FAMILIA	Correlação de Pearson	0,322	1
	Sig. (unilateral)	0,067	

Fonte: dados da pesquisa

O responsável pelo lote trabalha em média 36 horas por semana. 10,0% declararam ter rendimentos de emprego formais fora do lote, ou pelo assentado ou por outro membro da família que mora com o assentado. 51,7% tiveram rendas de trabalhos, através de diárias ou empreitas, em outras unidades agrícolas no ultimo ano para complementar sua renda. Em 23,3% das famílias, pelo menos um dos membros é aposentado. Das famílias assentadas recebem bolsa família 38,3%. Entre as famílias beneficiadas o valor médio é de R\$971,30 anuais, sendo que 43,5% têm rendimentos inferiores a R\$1.000,00, o valor máximo é de R\$1.800,00 anuais. Esse benefício não tem relação significativa com a produtividade, pois está condicionado à quantidade de menores na família que não são utilizados como mão de obra, no entanto tem alta correlação com a frequência a escola com coeficiente de correlação de Pearson em 32,2% (tabela 2).

Apenas 6,7% não possuem renda fora do lote, 93,3% dos assentados possuem algum tipo de renda fora do lote. No entanto a renda fora do lote, para a maioria das famílias, tem valor baixo: em 51,7% dos assentados, essa renda é inferior a R\$5.000,00 anuais, menos de um salário mínimo por mês. Enquanto a receita gerada no lote, em 61,7%, está acima de R\$5.000,00. O coeficiente de correlação de Pearson entre a renda extra e produtividade é de apenas 1,5%, indicando que a rentabilidade fora do lote não interfere significativamente na produtividade. Isso pode ser explicado pelo fato de que a renda fora do lote, de forma consistente, vem de aposentadorias, salários recebidos por outros membros da família e pelo programa bolsa família, não exigindo comprometimento do chefe de família com trabalhos fora do lote, e quando vem de diárias e empreitas, são de períodos em que o serviço no lote exige pouca mão de obra.

Os domicílios são, em 36,7%, abastecidos com água de cisternas sem encanamento, 23,3% com água encanada de cisterna, 1,7% de poço artesiano, 23,3% água encanada de córrego e 15,0% não possuem abastecimento de água, utilizando córregos próximos dos domicílios. Não há, em nenhum dos domicílios, investimentos públicos em abastecimento de água. 85,0% dos assentados possuem casas de tijolos, construídas no lote ou na vila, feitas com investimentos públicos que variam de R\$2.500,00 a R\$7.000,00, sem ônus para o assentado, no entanto, 76,5%, dos que receberam casas,



investiram dinheiro próprio na melhoria da casa. As casas construídas e entregues não possuem saneamento básico, não são rebocadas e o piso é rústico.

Em 50,0% dos domicílios não há sistema de esgoto, em 45,0% há fossas sépticas e 5,0% casinhas. O sistema de abastecimento de água e o sistema de esgoto, nos domicílios que são contemplados, foram implantados pelos assentados, sem financiamento ou investimentos públicos.

A tabela 3 indica os bens essenciais dos assentados, 83,3% tem celular, 88,3% possuem geladeira, 80,0% possuem televisão, 13,3% possuem carro e 58,3% possuem moto, 71,6% dos assentados possuem meios próprios de transporte, além do transporte próprio, o assentamento possui transporte escolar que transporta não apenas os alunos, mas, eventualmente, também membros da comunidade que não estudam. Uma vez por semana tem um ônibus público disponibilizado para o transporte do assentado para a cidade.

Tabela 3: Itens de utilidade e qualidade de vida.

	Celular	Geladeira	TV	Rádio	Carro	Moto
Não	16,7%	11,7%	20,0%	31,7%	86,7%	41,7%
Sim	83,3%	88,3%	80,0%	68,3%	13,3%	58,3%

Fonte: dados da pesquisa.

Com área média de 32,8 ha, acima da média nacional de 18 ha, os lotes possuem área entre 6 ha e 67 ha. 1,7% possuem área inferior a 10 ha, 48,4% área inferior a 30 ha, 3,4% superior a 60 ha. A produção está correlacionada à área do lote com um coeficiente de Pearson em 35,2%, indicando que a área influencia significativamente na produção.

Em 80,0% dos lotes há 4 a menos unidade de trabalho, sendo que em média possuem 3 unidades de trabalho empregada no lote. Com produtividade geral de R\$301,10/ha.ano e relação entre receita anual e número de unidade de trabalho em R\$3.311,22/unid.ano ou seja, R\$275,94/unid.mês, se levar em conta apenas a mão de obra integral, ou seja, que trabalha exclusivamente no lote, a receita média por unidade de mão de obra é de R\$10.219,12/unid.ano, R\$851,59/unid.mês, acima de um salário mínimo que na data da pesquisa era de R\$465,00.

Utilizando regressão linear (tabela 6) para estabelecer a relação entre as variáveis envolvidas na produção, tem-se que a produtividade RL/UT (Renda Lote/Unidade Trabalho), quando estimado o modelo linear pelo método dos mínimos quadrados, com correção de White para a heterocedasticidade, o coeficiente de correlação de Pearson fica em 40,9%, tem-se que a produtividade do lote aumenta em R\$130,41 quando a relação AR/UT (Área/Unidade Trabalho) aumentar em 1ha/UT. Para cada R\$100 de financiamentos públicos a produtividade do lote aumenta em R\$11,79/UT/ano, enquanto os investimentos próprios retornam 6,2% ao ano para cada unidade de trabalho familiar a mais empregada no lote. Sendo FPU (Financiamentos Públicos) e IPR (Investimentos Próprios) zeros, cada unidade de trabalho alocada no lote geraria uma renda negativa R\$2.742,66/ano. O que indica a dependência da renda gerada no lote aos financiamentos públicos e aos investimentos próprios em menor intensidade.

Tabela 4: Regressão linear utilizando as variáveis RL UT, AR, IFPU e IPR.

Variável Dependente: RL/UT				
Método: Mínimos quadrados				
Número de Observações: 60				
White Heterocedasticidade - Erro padrão & Covariância consistente				
Variável	Coefficiente	Er. Pad	Statist-t	Prob.
AR/UT	130.4136	70.89119	1.839630	0.0711
FPU	0.117891	0.061283	1.923718	0.0595
IPR	0.062026	0.013563	4.573244	0.0000
C	-2742.663	1023.707	-2.679149	0.0097
R-quadrado	0.408902	Média da var. dep.		2903.972
R-quadrado ajustado	0.377236	D. Pad. Var. dep.		3879.273
S.E. de regressão	3061.345	Critério Akaike		18.95544
S. Res. Quad.	5.25E+08	Critério Schwarz		19.09506
Log likelihood	-564.6631	Estatística-F		12.91296
Est. Durbin-Watson	1.914894	Prob(est. - F)		0.000002

Fonte: dados da pesquisa, usando o programa Eviws 4.

Substituindo AR/UT por RF (Renda Fora do Lote), tem-se como coeficiente de Pearson 0,471, o que indica que o as variáveis independentes utilizadas explicam o modelo em 47,1%. O intercepto não tem significância, isso porque não há produtividade se todas as variáveis de produção forem iguais a zero. A renda fora do lote tem influencia negativa na produtividade do lote, para cada R\$100,00 fora do lote, a produtividade tende a diminuir em R\$14,81/UT, enquanto que os coeficiente de FPU e IPR não sofreram alterações significativas em relação ao modelo anterior.

Tabela 5: Regressão linear usando RL/UT, RF, IFPU e IPR

Variável Dependente: RL/UT				
Método: Mínimos quadrados				
Número de Observações: 60				
White Heterocedasticidade - Erro padrão & Covariância consistente				
Variável	Coefficiente	Er. Pad	Statist-t	Prob.
RF	-0.148129	0.034010	-4.355437	0.0001
FPU	0.153775	0.063327	2.428271	0.0184
IPR	0.079158	0.012214	6.480763	0.0000
C	-1149.378	880.9359	-1.304724	0.1973
R-quadrado	0.471361	Média da var. dep.		2903.972
R-quadrado ajustado	0.443041	D. Pad. Var. dep.		3879.273
S.E. de regressão	2895.089	Critério Akaike		18.84376
S. Res. Quad.	4.69E+08	Critério Schwarz		18.98338
Log likelihood	-561.3128	Estatística-F		16.64414
Est. Durbin-Watson	1.864027	Prob(est. - F)		0.000000

Fonte: dados da pesquisa, usando o programa Eviws 4.

6. CONCLUSÃO

A agricultura familiar é hoje o setor com maior produtividade na agricultura brasileira, responsável pelos alimentos que compõem a sexta básica dos brasileiros e contribui para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

O desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar evidenciou a eficiência desse setor produtivo. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) movimentou em 2009 mais de 11 bilhões de reais, sendo responsável por 68,2% dos contratos e por 14,9% do valor de financiamentos do setor agrícola. Além do PRONAF tem-se também os gastos com a implantação de assentamentos: indenização por desapropriação de terras, infra estrutura, fomento, entre outros gastos provenientes dos cofres públicos. Esses programas alavancaram a agricultura familiar, capitalizando os estabelecimentos e tornando-a competitiva e altamente produtiva, com



produtividade de R\$677/ha/ano, contra R\$358/ha/ano da agricultura não familiar (IBGE, 2006). A agricultura familiar, pelos dados do censo de 2006, é responsável por 40% do valor da produção bruta, em 24,3% da área agricultável do país, sendo responsável por 74,4% do pessoal ocupado no campo, com 13,3 pessoas ocupadas por 100 ha, enquanto a agricultura não familiar ocupa apenas 1,7 pessoas por 100 ha.

Os investimentos públicos e financiamentos à agricultura familiar, especialmente aos assentamentos, vão além de assistencialismo, melhora a qualidade de vida das famílias assentadas, fomenta o desenvolvimento e a inserção ao mercado produtivo e resgata uma dívida de cidadania com essa classe de trabalhadores: o direto ao acesso aos meios de produção de sua subsistência, a renda familiar digna e oportunidades de crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acessado em 20/03/2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 4.504: Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e da outras disposições. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acessado em 10/09/2010).

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.326: Lei da Agricultura Familiar, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em 10/09/2010).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

GUILHOTO, Joaquim J. M. *et al.* **PIB da agricultura familiar: Brasil – Estados.** Brasília: MDA, 2007. (NEAD Estudos, 19)

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica.** Tradução da 4 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006, resultados preliminares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006, agricultura familiar, primeiros resultados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, J. S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. In: **Seminário Interno sobre "Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI"**, 2001, Santiago do Chile. (Disponível em: <www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&areaID=39>, acessado em 17/03/2010).

MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.** (Disponível em: <www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acessado em 27 de dezembro de 2008).

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.



ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo, Annablume: FAPESP, 1998.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 15, n. 43, p. 75 – 81, set/dez. 2001.